

LUTA SOCIAL NO SERTÃO RURAL: considerações sobre o Estado e o desenvolvimentismo

Jetson Lourenço Lopes da Silva ¹ 

RESUMO

O artigo busca realizar uma análise a respeito das implicações intervencionistas do Estado brasileiro durante os ciclos em que foi diretamente influenciado pela ideologia desenvolvimentista, que se compreende entre os anos de 1950-1960 e 2007-2010. Na esteira das análises, também se problematiza sobre os desdobramentos desse processo de recorrente intervenção do aparato estatal sobre o quadro conjuntural das lutas sociais pela terra no Sertão rural. Trata-se de uma pesquisa eminentemente de caráter bibliográfico, uma vez que instrumentaliza para a leitura e interpretação da realidade as produções e os fundamentos teóricos, especialmente, àqueles afigurados como clássicos do pensamento social brasileiro. De outro lado, a pesquisa também acessa informações estatísticas e dados publicados por fontes oficiais para fundamentar as considerações que desenvolve. São problematizadas as particularidades da formação econômico-social da região sertaneja, as relações sociais de produção e de poder que lhes são características, para em seguida tecer considerações sobre o significado da política desenvolvimentista ante aos conflitos agrários nos períodos em questão. Em síntese, é possível afirmar que essa política se afigurou, em certa medida, num artifício direcionado para o apaziguamento das lutas sociais.

Palavras-chave: Classes sociais, Estado, Ideologia desenvolvimentista, Lutas agrárias, Sertão.

SOCIAL STRUGGLE IN THE COUNTRYSIDE: considerations on the state and developmentalism

ABSTRACT

The article seeks to carry out an analysis regarding the interventionist engineers of the Brazilian State during the cycles in which they were directly influenced by the developmentalist ideology, which is understood between the years 1950-1960 and 2007-2010. In the wake of the analyses, the consequences of this process of recurrent intervention by the state apparatus on the conjunctural framework of social struggles for land in the rural Sertão are also problematized. This is an eminently bibliographical research, since it instrumentalizes the theoretical productions and foundations for the reading and interpretation of reality, especially appearances that appear as classics of Brazilian social thought. On the other hand, research also accesses statistical information and data published by official sources to substantiate the considerations they develop. The particularities of the economic and social formation of the sertaneja region, the social relations of production and power that are characteristic of them are problematized, to then make considerations about the meaning of the developmentalist policy in the face of the agrarian conflicts in the periods in question. In summary, it is possible to state that this policy appeared, to a certain extent, in a product aimed at appeasing social struggles.

¹ Universidade Federal de Sergipe jetsonlourenco@gmail.com

Autor Correspondente: Jetson Lourenço Lopes da Silva

E-mail: jetsonlourenco@gmail.com

Recebido em 30 de Março de 2023 | Aceito em 29 de Junho de 2023.

Keywords: Social classes, State, Developmental ideology, Agrarian struggles, Sertão.

LUCHA SOCIAL EN EL INTERIOR RURAL: consideraciones sobre el Estado y el desarrollismo

RESUMEN

El artículo busca realizar un análisis sobre las implicaciones intervencionistas del Estado brasileño durante los ciclos en los que fue influenciado directamente por la ideología desarrollista, comprendida entre los años 1950-1960 y 2007-2010. En la estela de los análisis, también se problematiza el desenvolvimiento de este proceso de intervención recurrente del aparato estatal en el marco coyuntural de las luchas sociales por la tierra en el Sertão rural. Se trata de una investigación eminentemente bibliográfica, ya que instrumentaliza las producciones teóricas y fundamentos para la lectura e interpretación de la realidad, especialmente las que aparecen como clásicos del pensamiento social brasileño. Por otro lado, la investigación también accede a información estadística y datos publicados por fuentes oficiales para fundamentar las consideraciones que desarrolla. Se problematizan las particularidades de la formación económica y social de la región sertaneja, las relaciones sociales de producción y poder que les son características, para luego hacer consideraciones sobre el sentido de la política desarrollista frente a los conflictos agrarios en los períodos en pregunta. En resumen, es posible afirmar que esta política apareció, en cierta medida, en un artificio destinado a apaciguar las luchas sociales.

Palabras clave: Clases sociales, Estado, Ideología desarrollista, Luchas agrarias, Sertão.

1. INTRODUÇÃO

O Sertão nordestino apresenta uma riqueza nas particularidades de sua formação social e econômica. Trata-se de uma região cuja constituição revela singularidades e ao mesmo tempo pluralidade em seus arranjos econômicos, populacionais, sociais, culturais, ideopolíticos etc.; tanto que Prado Júnior (1994) faz uso da denominação “Sertões nordestino”, expressão usada no plural para estabelecer a heterogeneidade acerca da constituição da realidade sertaneja. Todavia, o recorte operado aqui enquadra as análises e considerações, especialmente, ao meio rural do Sertão.

O escopo deste artigo foi problematizar as mediações que entrelaçaram as lutas sociais agrárias, a intervenção do Estado e suas implicações no Sertão nordestino. A importância dessas problematizações está aportada na necessidade de o pensamento social crítico compreender, no plano das relações econômicas, políticas e sociais, qual o fio condutor que ligou, mais no passado, a orientação da ideologia desenvolvimentista na condução do Estado entre 1950-1960 e que também fora retomada, há duas décadas, durante o Governo Lula.

A orientação desenvolvimentista ou “neodesenvolvimentista” do Estado foi suplantada com o golpe transvestido de *impeachment*¹. A partir de então, a orientação dos setores dominantes na condução do Estado esteve calcada no ultraneoliberalismo. Porém, é válido ainda retomar análises e problematizações acerca de implicações da ideologia e/ou política desenvolvimentista na orientação de governos passados, posto que essa orientação ainda é sinalizada no horizonte de relações de forças determinadas, como estratégia ideo-

1 O golpe refere-se ao processo de interrupção do Governo Dilma Rousseff em 2016 por meio de impeachment realizado pelo Congresso Nacional. Essa interrupção tratou-se de um golpe de novo tipo.

política para superação do quadro conjuntural da crise, em todas as suas dimensões, então aprofundadas recentemente sob o império do obscurantismo e do reacionarismo. Por isso, a importância de se analisar e refletir sobre os rebatimentos e contradições inerentes a essa política, especialmente, para as lutas sociais.

Sob essa perspectiva analisa-se neste artigo as relações econômicas e políticas que enquadraram as lutas sociais agrárias que marcaram (e ainda marcam) historicamente a região do semiárido nordestino; além de se apontar algumas repercussões mais gerais da intervenção estatal, sob o prisma da ideologia desenvolvimentista, para a luta de classes expressa nos conflitos de caráter agrário. Por isso, esse artigo apresenta um viés histórico e sociológico acerca da articulação entre as lutas sociais agrárias, a ideologia desenvolvimentista, as relações de classe e o Estado na região sertaneja.

Dessa forma, as considerações apresentadas articulam elementos teóricos que auxiliam na aproximação de respostas a questões como: 1) Que traços particulares guardam a formação econômico-social no Sertão nordestino? 2) Quais mediações e contradições aparecem a partir da formação econômico-social do Sertão para compreender a relação de classes e as lutas sociais que lá se desenvolveram (e ainda se desenrolam)? 3) Em que implicou para o Sertão a intervenção desenvolvimentista do Estado no terreno em que se desenvolveram (e se desenvolvem) as lutas sociais agrárias nessa região?

Para problematizar as questões levantadas, foram de grande valia as colaborações de clássicos do pensamento social brasileiro. Bem como, a contribuição de intelectuais contemporâneos que despontam criticamente no cenário nacional por apresentarem substratos teóricos para compreender melhor as problematizações aqui levantadas.

Antes de prosseguir, é importante destacar que todas as problematizações aqui percorridas não são conclusivas ou tampouco visam esgotar o debate das questões abordadas. Trata-se apenas de uma colaboração teórica introdutória, dado o limite desse trabalho e a complexidade que as envolvem.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO SERTÃO

Prado Júnior (1973) indica que o Sertão nordestino iniciou seu registro na historiografia das relações sociais produtivas ainda durante o período colonial através da atividade pecuarista, no início predominantemente de subsistência. Essa atividade foi impelida a buscar o interior do território seguindo, sobretudo, o curso do Rio São Francisco, por força do latifúndio voltado à extensa “produção de gêneros de grande valor comercial para metrópole no mercado europeu” (Prado Júnior, 1973, p. 27), ora desenvolvida na faixa litorânea e contígua do Nordeste, que ocupava essa zona territorial.

Assim, se iniciou a formação das relações sociais e econômicas particulares ao Sertão nordestino, que se desenvolveu principalmente em torno das grandes fazendas de gado, marcadas mais destacadamente pela relação de poder e exploração entre o fazendeiro e o vaqueiro.

Mesmo durante o Brasil colônia, com o povoamento e imersão da região em atividades comerciais e relações sociais pertinentes ao período, o Sertão veio a se inserir no processo da formação econômico-social brasileira marcado por um complexo de relações e contradições próprias da formação histórica do país.

3 CONTRADIÇÕES CAPITALISTAS NO SERTÃO: CLASSES, LUTAS SOCIAIS E INTERVENÇÃO DO ESTADO

É indispensável referir que os sujeitos que compõem o quadro de relações sociais próprias às particularidades do meio rural no Sertão nordestino não estão restritos a interação entre os segmentos: fazendeiro e vaqueiro. Outro sujeito que aparece nesse cenário é: a figura do/da camponês/camponesa ou pequeno/a

agricultor/a e trabalhador/a rural. Esse/a pequeno/a agricultor/a, muitas vezes se enreda na teia de dominação da fazenda, ou está subsumido formalmente ao grande proprietário rural, já que por não possuir a propriedade da terra, ou “os meios de produção para garantir sua subsistência como produtor individual” (Marx, 2011, p. 851), realiza a atividade laborativa que depende para sobreviver em um pedaço de terra cedido pelo grande proprietário, seja através do *arrendamento*, da *meia*, ou do *foro*.

Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização aliás varia ... - o que é mais frequente – até a insignificante roça, chácara, ou sítio, ... onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador. É preciso distinguir entre estes dois casos do proprietário e do mero ocupante, pois este último ocorre freqüentemente sobre a forma do agregado dos grandes domínios. O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio. (Prado Júnior, 1994, p.159)

O fazendeiro, o vaqueiro e o/a pequeno/a agricultor/a projetam entre si uma arquitetura de exploração e dominação política que se desenvolve a partir da grande fazenda, espaço em que o regime econômico do capital ganha forma particular no meio rural do Sertão nordestino. Assim sendo, é a grande fazenda que se torna no pólo de absorção e concentração de riqueza. Portanto, lócus gerador da dominação econômica e, por conseguinte, é ela o espaço em que se desenrola o domínio político e a subalternidade que se estabelece entre os três sujeitos históricos: fazendeiro, vaqueiro e pequeno/a agricultor/a.

A formação econômico-social brasileira expõe a síntese entre características de diferentes relações sociais de produção estruturadas e em simbiose, sob o predomínio ou diretriz de uma delas, todas amoldadas pelas determinações *da lei do valor que operam na reprodução capitalista*. Destarte, no caso particular do Sertão, as relações sociais que se constituíram ou se enredam ao processo de produção hegemônico pelas leis de acumulação capitalista irão se articular e se personificar, na realização do processo de exploração e dominação, sob a tríade fazendeiro/vaqueiro/pequeno/a agricultor/a.

Essa relação se arquiteta mediada pela propriedade dos meios de produção e pelo mercado, cujo produto material que surge vai desaguar na relação de troca, de modo que um desses seguimentos sociais é o proprietário da riqueza produzida e o outro segmento, mero produtor que vende sua força de trabalho ou é a tem subjugada pelas circunstâncias, em condições semelhantes a “servidão”.

Historicamente em situações de grandes secas, o Sertão nordestino ficou marcado, especialmente no passado, por intenso fluxo migratório de populações quase sempre em busca do litoral ou de regiões que oferecessem melhores condições de sobrevivência. A fuga da seca muitas vezes esteve associada à impossibilidade de cultivo da lavoura, a perda do plantel bovino/caprino, ou mesmo pela situação de fome. Entretanto, algumas vezes a migração era forçada pela expulsão ou expropriação da terra realizada pelos grandes fazendeiros, geralmente proprietários de extensas faixas de terras, que pela dominação econômica, impunha a subordinação política e a força coercitiva da espoliação à população adjunta a sua propriedade.

Todo esse caldo de contradições econômicas, sociais e de dominação política condicionou na região o fervilhar de um caldeirão de lutas sociais, cuja posse da terra esteve no orbe dos conflitos desenvolvidos. O famigerado “banditismo” sertanejo esteve associado à questão agrária presente no Sertão Nordeste. Essa expressão foi usualmente empregada para designar as lutas armadas, os saques, o sitiamento de cidades ou de pequenos vilarejos e de grandes propriedades rurais.

As contradições sociais e econômicas que vivenciavam os segmentos expropriados ou espoliados do uso da posse da terra, somadas às condições naturais que agravavam as condições de vida, impeliram alguns/mas sertanejos/as a recorrerem a lutas sociais, caracterizadas como um fenômeno moral do *banditismo*. O que essa

expressão escamoteou - e ainda escamoteia - no valor moral do termo, é que a posse da terra e a dominação decorrente a partir dela foi um peso social determinante para emergência do fenômeno.

A contradição socioeconômica assentada na expropriação e espoliação da terra rebaixa ainda mais as condições de vida dos segmentos subalternos. Em situações de estiagem extrema, como as que ocorrem periodicamente se agravam as condições materiais de existência desses segmentos e expõem com notoriedade as bases das contradições entre a grande fazenda e os subalternos a ela, elementos que fazem emergir o acirramento de lutas sociais travadas em terras sertanejas.

Um balanço historiográfico acerca das lutas sociais no Nordeste acentuará que o Sertão historicamente esteve amoldado a um quadro de tensões, conflitos e lutas sociais que ocorreram, ora com um caráter disperso, volátil e/ou espontâneo, ora com um caráter mais orgânico e local. Um escrutínio cuidadoso salientará que os lastros desse quadro se associam, em suma, a contradições decorrentes das condições objetivas de existência da população sertaneja, ao perfil que toma a organização fundiária e a posse privada da terra estabelecida na região, além de uma forma particular predominante de dominação. Exemplifica isso a emergência de lutas e conflitos expressos no passado sob o fenômeno do *banditismo ou Cangaço (séculos XIX e XX)*, da *Guerra de Canudos (finais de 1890)*, *Guerra do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (meados de 1930)*, *Ligas Camponesas* (entre os anos 1950 e 1960) e, mais recentemente, através das lutas sociais realizadas por meio de ações dos sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No desenrolar dos conflitos e lutas sociais, a mão interventora do Estado no Sertão, forma reguladora do poder constituído em torno da propriedade privada e dos interesses das frações de classe, já de início apareceu essencialmente sob a forma clássica da força repressora policial. No estabelecimento do Brasil republicano, a intervenção estatal repressora apareceu também transvestida do discurso de abertura para o caminho da modernização e incontornável progresso para essa região nordestina.

... tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos. (Cunha, 2014, p. 236)

Nas narrativas e considerações de Cunha (2014) sobre o conflito entre as forças policiais do Estado republicano e a população de Canudos está guardado o significado de um Sertão que representa o arcaico, o atraso, ou o estorvo a um Brasil que avança rumo ao progresso. Dessa forma, a iniciativa do Estado geraria a força motriz para impulsionar a modernização requerida à região sertaneja.

Já na Primeira República aparece o ideário de que o Estado deveria ser o agente de impulsão para o Sertão sair da inércia do atraso. Foi nesse período que o aparato estatal emergiu com o significado de constituir-se, no plano ideológico e do discurso das forças políticas, como propulsor do salto ao desenvolvimento econômico e progresso social que passaria a trilhar o Brasil com a instauração republicana. Entretanto, tais ideias e discurso ganharam maior dimensão estruturante na gestão do Estado a partir da segunda metade dos anos 1950, com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Inerente a ideologia do Estado como protagonista do desenvolvimento econômico e social estava esfumado seu papel de regulador em prol da ordem social. Em outros termos, por meio da ideologia desenvolvimentista os aparatos do Estado que atuaram por fora da repressão estrita, no sentido de estabelecer o avanço econômico e social, também cumpriram o papel político de ser o ordenador social ou o apaziguador das lutas

sociais que se estabeleceram no Nordeste. Posto que, a idéia chave de salto ao desenvolvimento necessário à região atuaram como uma espécie de ideologia que inspirou “um estado de espírito que se transforma num meio efetivo para controlar as tensões sociais” (Cardoso, 1980, p. 83).

Nesse sentido, foi impressa uma onda ideológica “modernizadora” ou “desenvolvimentista” sobre o Nordeste em geral e em particular à região sertaneja nos finais dos anos 1950. Isso se desenrolou com o estímulo à industrialização da região e com propósito ao estabelecimento da paz social, já que guardava o Nordeste contradições e formas históricas particulares de choque com a ordem social estabelecida, especialmente no meio rural.

Dessa forma, “a ideologia supõe que ordem pública determina o processo do desenvolvimento, ou que este é função daquela” (Cardoso, 1980, p. 156). Com isso, estabelecida a paz social, se estabeleceria a modernização do Nordeste, inclusive, na região sertaneja em consequência da afirmação da ordem pública sobre os conflitos agrários.

O ideário desenvolvimentista inspirou a criação da SUDENE² (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgão de fomento e intervenção do Estado na região nordestina capaz de dar rumo à modernização das relações sociais e ao desenvolvimento da estrutura econômica particular à região. O órgão foi criado num contexto de agitação e lutas sociais no meio rural, cujas Ligas Camponesas ganharam protagonismo e organicidade do litoral ao Sertão.

Assim, tornou-se a SUDENE no agente institucional pelo qual o Estado atuou como artífice do desenvolvimento regional. Um de seus escopos foi o de arrefecer as lutas sociais – ainda que não fosse seu propósito declarado -, o que desdobraria no inevitável progresso econômico e, por conseguinte, desencadearia no bem-estar social.

A SUDENE foi fruto da elaboração do “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste” (GTDN) que teve a frente o economista Celso Furtado, um dos maiores ícones da escola desenvolvimentista no Brasil. Para condicionar a superação das relações sociais e estrutura econômica de caráter pré-capitalistas, representadoras do atraso, o GTDN objetivou acionar: o incentivo a industrialização e o fomento a diversificação das condições de geração de renda e estímulo ao consumo.

Portanto, sob esse prisma, salienta Furtado (1968, p. 53), que numa “economia industrial a inversão faz crescer diretamente a renda coletiva em quantidade idêntica a ela mesma. Isso porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores de produção”. Ainda na mesma linha do desenvolvimentismo, completa que os “assalariados transformam a totalidade, ou quase totalidade, de sua renda em gastos de consumo” (Furtado, 1968, p. 160).

Sob essa perspectiva política a questão da modernização industrial e do fomento à renda entra pela primeira vez mais claramente, ao menos como pauta político-administrativa, na gestão interventora do Estado para o Nordeste. No entanto, os princípios idealizados no planejamento de intervenção estatal para a região esbarraram na realidade concreta determinada pelas leis inerentes ao modo de produção capitalista.

O estímulo à intensificação da capitalização, frente às particularidades de formações sociais que fogem ao modo de produção capitalista clássico, não escapam à dinâmica da centralização ou concentração da acumulação de capital, desvendada por Marx (2011) ao versar sobre o processo da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Nessa linha, Oliveira (1985, p. 66) apontou que

2 A SUDENE foi implantada durante o governo de Juscelino Kubitschek em 1959, através da Lei 3.692.

O resultado da ação desses mecanismos, e da estratégia implícita ou explícita da manutenção e elevação nos espaços periféricos da taxa de lucro do sistema toma a forma concreta, no Nordeste, de uma estrutura industrial que nada tem a ver com a formação e a distribuição de renda ... Isto é, a estrutura industrial não é função de um mercado regional, mas função do mercado nacional mais amplo.

A consideração apontada por Oliveira (1985) indica, em que pese às projeções ideológicas do Estado desenvolvimentista, que SUDENE seria o instrumento de operação de sua mão interventora para o Nordeste, os eixos detonadores do desenvolvimento econômico e progresso social estruturados por meio do ciclo de industrialização e geração/distribuição de renda foram, em larga medida, condicionados pelo processo de concentração e centralização próprio da acumulação capitalista.

A industrialização do Nordeste estava condicionada em razão da reestruturação da divisão do trabalho nacional, ou seja, direcionada para “homogeneização” das regiões econômicas, em que a Região Sudeste era o pólo de atração de capital e, portanto, também o centro determinante da estruturação do mercado nacional. Assim, a industrialização na Região Nordeste foi condicionada por esse pólo e, dessa forma, a distribuição/geração de renda foi também por ele travada. Mais precisamente para as regiões sertanejas, a política desenvolvimentista teve como lócus institucional de ação o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), órgão que se vinculou a SUDENE para operacionalizar o enfrentamento das secas sazonais por meio de projetos de irrigação, radicação de população em comunidades irrigantes, construções de barragens, açudes, dentre outras.

A vinculação subordinada do DNOCS à SUDENE tinha como finalidade harmonizar o órgão à perspectiva de que o atraso social e a pobreza econômica da região eram decorrência não apenas das condições climáticas e ambientais, mas também de questões econômico-estruturais e produto de relações sociais atrasadas que se estabeleceram historicamente na região. Para tanto, as ações do DNOCS estariam sob a orientação do planejamento estratégico da SUDENE.

Com isso, o DNOCS seguiria a linha da modernização das condições de produção agropecuária no Sertão, de modo a sobrepujar o atraso. Destarte, no planejamento estratégico uma das perspectivas subjacentemente atribuída ao DNOCS foi, por meio dos projetos que capitaneou, o de proporcionar as condições em que deveria se efetivar a distribuição/geração de renda à população sertaneja atingida pela seca e proporcionar sua conseqüente inserção no estímulo ao mercado local.

Contudo, de acordo com Oliveira (1985), a ação desenvolvimentista aventada pela SUDENE/DNOCS surtiu efeito inócuo na superação das estruturas em que se efetivam as relações de subordinação política dos trabalhadores rurais no Sertão. Isso posto, tal ação não contrariou os interesses econômicos de frações da classe dominante - os grandes fazendeiros -, estabelecidas historicamente em âmbito local sob a órbita do Estado.

Após praticamente ser enterrada por mais de 30 anos, entre o período ditatorial militar e o Governo FHC, a ideologia desenvolvimentista reapareceu mais claramente para o Nordeste a partir do segundo mandato do Governo Lula (2007-2010). A partir de então, o ideário de referência para gestão do Estado tornou novamente a ser o de empreender ações e políticas com vista ao desenvolvimento econômico e social.

O contexto de reaparecimento da intervenção do Estado sob a orientação de uma nova política de desenvolvimento econômico e social para o Nordeste, com rebatimentos e atenção especial ao Sertão, traz em comum àquele período em que a SUDENE/DENOCS eram as instituições gerentes, três pontos que ganham similitudes: 01) um cenário social de intensa pauperização das condições de vida da população dessa região, sobretudo a sertaneja, resultado do receituário neoliberal aplicado agudamente pelo Governo FHC; 02) um contexto de fervilhamento das lutas sociais protagonizadas pela fração da classe trabalhadora rural (mais destacadamente sem-terra); 03) um panorama em que a distribuição/geração de renda é retomada

como referência angular da intervenção do Estado para o estímulo econômico, mitigação do pauperismo e alcance da paz social.

Alguns dados estatísticos servem para melhor ilustrar como esse quadro se apresentava na região sertaneja do Nordeste. O Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado em 2003 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelou que no universo dos 1000 (mil) menores municípios do Brasil que apresentavam as maiores taxas de empobrecimento da população, aproximadamente 70% deles estavam localizados na região do Sertão. O Atlas de Desenvolvimento Humano publicado em 2000 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) indica que os piores IDH (Índices de Desenvolvimento Humano) da Região Nordeste se encontravam no semiárido.

Para afigurar com mais precisão o histórico quadro de empobrecimento da região, no ano final do século XX, ainda de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, dos 20 municípios com mais baixo índice de desenvolvimento humano no Brasil, 09 deles estavam no Nordeste e todos eles se localizavam na região sertaneja.

O cenário socioeconômico descrito logo acima marca como herança um empobrecimento absoluto para muitos segmentos da população semiárida, em especial àquela vinculado à vida rural, expropriados da produção direta dos meios de subsistência, ou seja, os/as trabalhadores/as sem-terra, conforme expressa os muitos indicadores apresentados. É sintomático a isso que nesse cenário os conflitos pela terra tenham reascendido e se intensificado nesse período.

Informações do Setor de Documentação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) dão conta de que o registro de conflitos fundiários saltou de 89 em 1993 para 593 em 1999 em todo o Brasil. Desse quadro de conflitos no fim da década de 1990, 48 deles se localizavam no Sertão, isso expressa que pouco mais de 08% dos conflitos agrários registrados no país nesse período se concentravam na região. Um escrutínio mais preciso dessa estatística revela que as condições de existência e expropriação do/a trabalhador/a rural condicionaram a intensificação dos conflitos, pois 40% deles estavam relacionados à luta de resistência à terra. Ou seja, esse percentual refere-se a luta de trabalhadores/as rurais (moradores/as, parceiros/as, arrendatários/as, posseiros/as) para permanecer na terra onde trabalhavam e/ou moravam. Já os outros 60% tangem às ocupações massivas de terras realizadas principalmente pelo MST para fins de obtenção de assentamentos para produção rural.

Determinado por esse cenário dos finais do século XX, a ideologia ou o discurso desenvolvimentista foram retomados, de um lado, ao (re)apresentar o Estado com proeminente papel dinamizador do crescimento econômico, moldurado tanto pelo contexto socioeconômico afigurado pelos dados estatísticos aqui apresentados, quanto pelo reascenso de lutas sociais no campo. De outro lado, foram tacitamente (re)postos enquanto elementos mediadores para realizar a regulação da luta de classes através da administração do pauperismo. Foi dessa forma que as formulações desenvolvimentistas sob o Governo Lula partiram

... do suposto de que o crescimento constitui a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados ... O debate gira em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social. (Sampaio Júnior, 2012, p. 679-680)

Assim, a distribuição ou transferência de renda assumiu centralidade no Governo Lula. Esse retomou no transcurso do século XXI a ideologia desenvolvimentista como referência para formulação de políticas sociais e princípios da política econômica. Daí que programas de transferência de renda ganharam, na região mais pauperizada do Nordeste - o Sertão -, grande visibilidade e inquestionável impacto econômico, social e político.

No período de 2012 o INSA (Instituto de Nacional do Semiárido) divulgou a informação de que o Sertão nordestino, nesse mesmo ano, teve do total de sua população cerca de 3.272.180 milhões de pessoas beneficiadas com o principal programa de transferência de renda do Governo Federal à época, o Programa Bolsa Família. O número de recursos transferidos pelo programa a essa população, também nesse mesmo período, foi de pouco mais de R\$ 491.697,00 milhões de reais.

Os programas de transferência de renda na região semiárida do Nordeste atuaram, conforme alguns indicadores oficiais, como mecanismos de administração da extrema pobreza, já que houve uma significativa redução desse fenômeno ou um inquestionável bloqueio ao crescimento do quadro empobrecimento absoluto da população. De acordo com pesquisa publicada em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), após o período de forte investimento do Programa Bolsa Família na região, a pobreza extrema reduziu a menos de 07% da população. Além disso, tais programas também operaram como um dinamizador ou catalisador da economia local, pois possibilitou com o repasse de dinheiro a famílias extremamente pobres, que se tornassem compradoras da produção de bens de consumo. Portanto, ao operar a injeção de recursos na economia local, viabilizou aprofundar a necessária reprodução capitalista via a realização do valor, com o estímulo ao comércio (ou a troca) de mercadorias.

Não obstante, é provável que a principal equação potenciada pela transferência de renda foi rebaixar o nível dos conflitos ou lutas sociais na região, sobretudo empreendida pelos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, ao aparar (apenas conjunturalmente) as arestas de algumas contradições. Isso porque informações da Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário dão conta de que os conflitos pela terra diminuíram estatisticamente em todo o Brasil, inclusive, no Sertão nordestino, durante a vigência da retomada da política “desenvolvimentista”.

Ao tornar em consumidores locais os sujeitos sociais em lutas pela terra, como linha mestra de efetivação do ideário desenvolvimentista do Estado, os programas de transferência de renda viabilizaram uma espécie de conciliação momentânea entre o latifúndio/a grande fazenda e o/a trabalhador/a rural (sem-terra) sertanejo/a. Dessa forma, é expressivo que a principal linha de intervenção seguida pelo Estado como regulador e interventor social na região, em alguma medida, condicionou que a satisfação de necessidades sociais e econômicas dos/as trabalhadores/as rurais se deslocasse da esfera da luta pela posse da terra para o âmbito do consumo de bens.

A pacificação social, elemento imanente aos referenciais de efetivação do desenvolvimentismo e condição imprescindível para execução dessa orientação, manifestou sua mediação concreta através de políticas sociais que implementassem a distribuição e/ou transferência de renda para a fração dos/as trabalhadores/as rurais. Essa fração alçou o patamar de cidadão na sua relação com o Estado, ainda que num patamar muito limitado, compensatório, focalizado e frágil, por meio da possibilidade do consumo.

Assim, foi arrefecida no horizonte dos/as trabalhadores/as rurais a luta contra a estrutura de propriedade e dominação da terra no Sertão. Por conseguinte, nessa conjuntura de arrefecimento das lutas sociais referentes à questão agrária na região, permaneceu intocada a propriedade privada da terra estabelecida sob a grande propriedade fundiária, da qual a grande fazenda é a expressão particular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Nordeste ainda tem despertado atenção no cenário nacional. Ano após ano as estatísticas oficiais têm apontado que essa região brasileira passa por um processo de transformação social e econômica. O que leva a chamar atenção é que, segundo tais estatísticas, essa região alavancou, durante a primeira década do século XXI, índices de crescimento econômico superior às outras demais regiões do território nacional. Bem

como, esses índices se combinavam com informações de que o empobrecimento absoluto não só estancou, mas também havia achatado. Isso em decorrência da região ter entrado no raio de intervenção da gestão do Estado nacional sob a orientação “desenvolvimentista”, que dominou as ações do Poder Público, sobretudo do Governo Federal, entre os anos de 2007-2010.

Durante esse período, as intervenções do Governo Federal na região assumiram o sentido de preparar as condições tanto para o crescimento econômico com ações de estímulo ao aquecimento da economia local (vide transferência de renda) quanto para o desenvolvimento social, em especial através dessas políticas.

Crescimento econômico/transferência de renda/desenvolvimento social formou uma tríade simbiótica na perspectiva do novo desenvolvimentismo que “emergiu” desse período. Entretanto, essa nova referência do desenvolvimento econômico e social orientadora da mão interventora do Estado foi retomada como legatária de ideologias, princípios e discursos desenvolvimentistas que também vogaram no Brasil entre os 1950-1960, com as devidas diferenciações temporais e em elementos de suas formulações.

Um escrutínio mais acurado sobre as estatísticas econômicas e sociais acima referidas, logo leva a observação de que os impactos da política desenvolvimentista são mais notórios nos bolsões onde se concentra o pauperismo, em especial o Sertão. Região que no Nordeste, pelo histórico de lutas sociais de caráter agrário, se caracterizou por ser um rastilho de pólvora. Em latitudes sertanejas, pelos traços históricos de sua formação econômico-social, a ideologia desenvolvimentista que orientou o Estado sintomaticamente logrou êxito na conciliação entre as frações de classe particular à região e no estabelecimento da paz social ao arrefecer os conflitos agrários.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, M. L. (1980). *Ideologia do desenvolvimento*, Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cunha, E. (2014). *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/>.
- INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. Recuperado de: <https://www.gov.br/insa/pt-br>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Recuperado de: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf.
- Marx, K. (2011). *O Capital (crítica da economia política)*. Livro 1 v. 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Oliveira, F. (1985). *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Palenjamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Prado Júnior, C. (1973). *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo.
- Prado Júnior, C. (1994). *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense: São Paulo.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Pnud).
Recuperado de: <https://www.undp.org/pt/brazil>.
- Sampaio Júnior, P. A. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 112, 672-688.